

## Resenha de “NarrAções da ditadura: para uma ecologia das memórias”

SCARAMUCCI, Marianna. *NarrAções da ditadura: para uma ecologia das memórias*.

Brasília: Edições Carolina, 2021.

Lua GILL DA CRUZ\*

Universidad de Chile

O *incipt* do recente livro de Marianna Scaramucci, “literatura e crítica estão sempre em transformação”, toca em ponto sensível e importante no que tange o fazer literário, mas sobretudo, aquele que se dedica a estudar à relação entre ditadura e literatura, especialmente no Brasil. Desde o início da sua pesquisa, conta a autora, ainda em 2015, quando começou o seu doutorado, depois em 2018, com a defesa de tese e, posteriormente, entre a defesa, a tradução e o lançamento da versão do livro que agora lemos, passaram-se alguns anos. O “panorama mnemônico”, termo de Scaramucci (2021), entretanto, deslocou-se, com os efeitos, que ainda não se sentiam tanto, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, mas, sobretudo, com o crescente discurso negacionista que assolou o país, desde, pelo menos, o fatídico dia em que escutamos, em rede nacional, um deputado federal homenageando um reconhecido torturador e, eventualmente, tornar-se presidente da República, instituindo, no governo com maior quantidade de militares da história do país, o discurso negacionista como prática fundamental de governo. Em manifestações ao redor do país, pedidos de “intervenção militar” se tornaram comuns. Por outro lado, muito permaneceu o mesmo. A passagem do tempo, entretanto, no que diz respeito a nossa relação com a ditadura, não

---

\* É leitora de língua portuguesa, literatura e cultura brasileira na Universidad de Chile, no âmbito do programa Leitorado do MRE/CAPES. Fez doutorado em Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), quando foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). A tese, dedicada à relação das ditaduras militares latino-americanas e sua relação com a literatura contemporânea brasileira se intitula “Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI”. Foi *Visiting Research Fellow* no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros na *Brown University*. É mestre pelo mesmo programa da Unicamp. Email: [luagille@gmail.com](mailto:luagille@gmail.com)

se sentiu tanto neste país que segue sem reparar as violências do período, sem instituir políticas de memórias efetivas e massivas e sem julgar os perpetradores da violência.

O livro de Marianna Scaramucci é interessado e atento a discutir questões fundamentais ao que seria esse “panorama mnemônico” do país e é, sem dúvida, essencial para o cenário nacional. A obra foi publicada em 2021, traduzida para o português e trazida ao Brasil pelas Edições Carolina, gerida pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea de Brasília, uma casa editorial fundamental no contexto brasileiro, que também se preocupa em difundir a crítica literária contemporânea. O texto atenta para esse tempo, fazendo desde o presente as perguntas que dirige ao passado de violência autoritária, mas também ao futuro e às possibilidades de a literatura mobilizar a memória em direção a um acerto de contas. A questão de fundo segue: o quanto há de passado nesse *passado* que não passa, ou, quem sabe, o quanto há de presente no tema. O texto, marcado por essas diferentes temporalidades da ditadura, da escrita testemunhal e do trabalho crítico, preocupa-se, ainda, em questionar que legados e histórias da ditadura, afinal, deixaremos para o futuro e para as próximas gerações.

A escolha do *corpus* literário de Scaramucci volta-se para uma análise aprofundada e densa sobre dois textos importantíssimos para o panorama da produção contemporânea que discutem o tema da ditadura: *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher e *K.: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski. O primeiro, podemos dizer, (re)abre a atenção ao tema da ditadura, que parecia assunto *passado, acabado*, reconstruindo ficcionalmente, no corpo do texto, um momento no qual parecia não haver espaço para a “vocalização”, conceito fundamental para a argumentação da autora, e tampouco para a memória. *K.: relato de uma busca*, podemos dizer, praticamente dispensa apresentações no cenário da literatura brasileira contemporânea, tendo se tornado um dos textos mais importantes e paradigmáticos dos últimos anos, o que se traduz, também, em uma vasta produção crítica voltada a ele. O texto, publicado em 2011, também tem outra temporalidade, aquela da proximidade com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, ainda que também situada em um contexto de desilusão com os processos de reparação, justiça e memória até então. São, conforme apresenta a autora, obras “exemplares e complexas” que interessam sobretudo porque observam e discutem dois dispositivos das “tecnologias da violência ditatorial”, são eles: o desaparecimento forçado e a tortura.

O título, “NarrAções”, também nos indica um caminho teórico a seguir. Se, por um lado, há uma reivindicação do literário, o livro também se volta para esses textos que, diante do relato do traumático, buscam no testemunhal uma forma de aproximação à literatura. Haveria, então, nessa “literatura de urgência”, conceito que a autora recupera, um diálogo direto, a que tampouco se furta a crítica literária apresentada, de dialogar com os processos de memória e as urgências desse presente, “trabalhando sobre traumas do passado que repercutem no nosso hoje, colocando questões que clamam por ser resolvidas, escutadas” (SCARAMUCCI, 2021, p. 15). A proposta da crítica do livro, portanto, trata de “NarrAções” “do trauma ditatorial brasileiro – na encruzilhada entre narrativa e ação” que traz

à tona sua performatividade, pensada como múltipla função ativa do texto, e teorizada aqui através da metáfora do gesto. O gesto restitutivo de *K.*, que possibilita a *restituição* da memória do desaparecimento, e o gesto de *vocalização* que, em *Não falei*, questiona o silêncio dos sobreviventes, e revocaliza sua fala” (SCARAMUCCI, 2021, p. 34).

Se cada um tem as suas particularidades na matéria testemunhal e nas formas de aproximar-se da matéria traumática, o livro inicia sua primeira parte apresentando os romances e aprofundando os debates acerca desses conceitos fundamentais: o trauma e o testemunho, e em especial, as suas relações com as particularidades da ditadura militar brasileira, para logo, no segundo e terceiro capítulo, analisá-los de maneira separada. Em “Restituir. *K.*, de Bernardo Kucinski”, em diálogo com o texto de Roberto Vecchi, “Desaparição política e ditadura militar brasileira: a literatura como ato de restituição” (2015), ganha importância central o conceito de “restituição”, que aqui é levado a múltiplas e densas consequências conceituais.

A partir da figura da desaparecida, aqui, a personagem A. – referência a Ana Rosa Kucinski, irmão do autor desaparecida durante a ditadura –, essa presença entre morte e vida, presença e ausência, e um crime que tem como característica um tempo estendido, contínuo, a autora defende que fica evidente a impossibilidade de uma restituição integral, do corpo, claro, mas também do nível jurídico. Restaria, nesse sentido, a possibilidade de ler em *K.* gestos restitutivos, ou uma “poética da restituição”, observando como a narrativa lida com o apagamento, o silenciamento, com o trauma, afinal, e com a impossibilidade de uma “recomposição total”. O papel da escrita e dos seus “gestos

restitutivos” aconteceriam, assim, tanto em nível “ativo”, quanto “performativo – relacionando-se ao título do trabalho – “porque o romance encarrega-se de denunciar e transpor narrativamente o trauma do desaparecimento e do seu silenciamento na sociedade brasileira, conseguindo restitui-lo numa dimensão coletiva” (SCARAMUCCI, 2021, p. 44). De outra parte, a autora observa, em um processo imbricado, que passa por questões como testemunho, desaparecimento e luto, e diferentes aspectos da construção narrativa, o que chama de uma “multiplicidade de gestos” que buscam recuperar ou, nesse caso, restituir “aquele objeto perdido”, que, no nosso caso, é a pessoa, o corpo, a própria história da irmã desaparecida” (SCARAMUCCI, 2021, p. 57).

Já no terceiro capítulo “Vocalizar: *Não falei*, de Beatriz Bracher”, entra em cena outro conceito interessante, também visto como “gesto narrativo e performativo” que atenta para os legados do traumático da ditadura, a “vocalização”. Se o título “Não falei” já apresenta uma grande pista de leitura para o romance, Scaramucci aproveita e encontra um caminho muito proveitoso por onde percorrer, atentando para as possibilidades de dizer, narrar e testemunhar depois de experiências limites, como a tortura e o luto. Estaria, então, no “gesto de Bracher” a capacidade performativa da literatura de testemunho. Como bem lembra a autora, a possibilidade de narrar, para o personagem-narrador Gustavo, de *Não falei*, surge de dois encontros com outros personagens, o irmão de Gustavo, José, que está escrevendo um romance e Cecília, uma jovem estudante que quer entrevistá-lo. Como sabemos, o testemunho só pode existir na medida em que há alguém que escute, que testemunhe junto a ele. Se, diferente de Kucisnki, Bracher não viveu diretamente a violência da ditadura, a autora afirma que é a partir do processo de pesquisa, entrevista, de escuta do testemunho *do outro*, assim como faz a personagem Cecília, que se constitui a narrativa a que temos acesso.

A imagem da “vocalização” também é especialmente importante dado que o romance trata da cena da tortura, esse dispositivo da violência fundamental às engrenagens do autoritarismo brasileiro que, além de atingir o corpo no limite de uma dor física insuportável, também atinge, especialmente, a capacidade da representação verbal. Por isso é tão importante e interessante que a autora parta exatamente das formas de (re)vocalização do trauma da tortura. Porque, recupera Scaramucci, o silêncio não trata de um vazio, ou de uma falta, mas de um espaço em que há uma multiplicidade de campos de força em disputa. Entre falar e não falar, no limite, o que está em jogo é um confronto

com esse silêncio, a possibilidade de “recuperar a voz”, não apenas para contar dos ausentes ou do luto, mas para “recuperar a relação anterior à fratura que a tortura produziu” (SCARAMUCCI, 2021, p. 157). Para Scaramucci, o livro também atua no sentido de *vocalizar* os traumas da ditadura nesse “panorama amnésico da sociedade brasileira”, recuperando vozes apagadas e problematizando as formas de fazê-lo, mas, sobretudo, “reintegrando a esfera da corporeidade e da voz na escrita, num gesto que revocaliza uma palavra que o sistema logocêntrico esvaziou de sua materialidade” (SCARAMUCCI, 2021, p. 128).

Já na “Segunda parte”, intitulada “Saber precário e escrita do trauma”, temos condensada uma leitura que unifica os dois romances e a crítica literária. Pensando os dois textos em conjunto, desde o seu caráter “performativo e ativo”, não se trata de discutir mais apenas o que se testemunha, mas sim, especialmente, como se testemunha. A performatividade, nesse sentido, não apenas atua, para a autora, “no nível exterior”, mas é objeto de disputa no interior da narração. Ou seja, partindo da dificuldade de assimilação e de representação própria do trauma, ponto de partida das construções narrativas, é central para a discussão como os romances *encenam* na matéria literária, as dificuldades e as aporias do dizer, do falar e do narrar. É o trabalho de leitura crítica que permite juntar obras tão diferentes sob questões comuns e interessantes. Além de debater e observar elementos mais amplos da narrativa, sua forma e sua temática geral, a autora não se furta tampouco de observar os detalhes, aqueles aspectos que não saltam aos olhos imediatamente, mas que fundam as estruturas dos romances e que se deslocam no texto e na leitura e, ao mesmo tempo, garantem saltos interpretativos importantes nas suas hipóteses. Exemplos nesse sentido podem ser: a busca por repetições, por detalhes, por outras linhas interpretativas que surgem de outros personagens e discursos ou a aproximação de paratextos e intertextos, fundamentais para a estrutura do narrativo, mas também para a construção dos seus argumentos.

Se não é possível passar impune pelo traumático, como o literário, ao buscar um discurso próprio para o resiste à representação, pode adaptar-se a ele? Como contar o trauma? Como dizê-lo? De que forma, na língua, pode emergir um discurso que parece inalcançável? Para além da forma, de que ordem é, afinal, o traumático? São questões como essa sobre as quais a autora se debruça nessa parte do livro. Se interessa pelas soluções formais e os problemas do gênero literário, observa os exercícios de

metareflexão, a fragmentação e a descontinuidade, e a inserção de outros personagens, formando o que chama uma “pluralidade de vozes e de pontos de vista”. Menos do que procurar por respostas fixas, completas, fechadas, o texto se abre, então, para o que seria esse “processo em devir”, observando e interessando-se pelas “zonas de conflito” apresentadas, e observando “quais são as modalidades expressivas que nos textos respondem às exigências representativas do trauma, e os elementos formais que funcionam como contradiscurso, carregando esse *pathos*, esse *nefas*, enfim, esse ‘saber da precariedade’” (SCARAMUCCI, 2021, p. 174).

Há, em todo o texto, uma preocupação também de uma passagem do que seria o privado, o individual, o familiar, para o público, tanto na análise dos romances, que também buscam tornar os arquivos audíveis, presentes, mas também apontam o que neles falta, quanto na passagem pelos processos de justiça, reparação e memória no Brasil. Os arquivos institucionais da ditadura, a exemplo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e do texto *Brasil: nunca mais*, povoam o fazer crítico, sendo relidos e mobilizados. Me chamou a atenção, por exemplo, o trecho em que, para discutir o contexto da narrativa *K.*, insere, *ipsis litteris*, um trecho do relatório final da CNV em que dizem que

As lacunas dessa história de execuções, tortura, ocultação de cadáveres de opositores políticos à ditadura *poderia ser* melhor elucidadas hoje caso as Forças Armadas *tivessem* disponibilizado à CNV os acervos do CIE, CIESA e Cenimar, produzidos durante a ditadura, *e se*, igualmente, *tivessem sido* prestadas todas as informações requeridas (SCARAMUCCI, 2021, p. 47 apud BRASIL, CNV, 2014, pp. 28-29, grifos meus)

Inscritas no texto da institucionalidade, o vocabulário e os tempos verbais reforçam um discurso entre fatos incertos, condições complexas de muita incerteza e impossibilidade, permitindo um acesso do que *falta*, e que, de alguma forma, em contraposição, buscam ultrapassar os romances e seus “gestos restitutivos”. Ambos os romances, afirma a autora, reconhecem “a modalidade de transmissão das ‘memórias insatisfeitas’ das vítimas do regime”, que respondem a “uma série de critérios estilísticos que se adaptam a esse ‘saber precário’ que o trauma representa” (SCARAMUCCI, 2021, p. 241).

Embora o termo do subtítulo, “ecologia”, não povoe grande parte do texto, o conceito de Boaventura de Sousa Santos, “ecologia dos saberes”, acaba por dar uma

moldura final que une as propostas teóricas e conceituais até então, buscando debater, por fim, “o caráter ecológico desse tipo de práxis memorial”. Contra um discurso sobre a ditadura como *passado*, uma leitura *monológica* e *monocultural*, “como violência discursiva que tem seu núcleo originário na matriz colonial, e que deslegitima, epistemologicamente, a diversidade das memórias da época ditatorial” (SCARAMUCCI, 2021, p. 272), a autora propõe recuperar o conceito de Santos como uma contraproposta epistemológica, relacionando as violências que atravessam a história do Brasil, àquelas coloniais e epistêmicas que os romances de Bracher e Kucinski poderiam apresentar. Interessa, então, observar como essa produção literária, preocupada com a reivindicação dos direitos humanos, “traria consigo, portanto, uma epistemologia, uma validação daqueles saberes que foram sistematicamente recalcados, tanto a nível político como no plano da linguagem” (SCARAMUCCI, 2021, p. 274).

O texto termina com as “considerações pós-pandêmicas”, quem sabe, desses, o “pós” que menos se dá no depois, dado que seguimos, no Brasil, alguns meses depois, sentindo os efeitos da pandemia e das políticas genocidárias do atual governo. O livro não se furta, nem neste último momento, a um diálogo atento às questões que o seu tempo propõe – o que me parece sempre um importante aposta. Entre essas diferentes temporalidades que não se acabam, o “pós-ditadura”, ou o “pós-colonial”, ou, inclusive, “o pós-pandêmico”, exatamente, mas que estendem os seus efeitos até hoje, qualquer conceito que leve em conta o “pós” gera algum incômodo, mas é também objeto de questionamento pelo texto, dado que essa herança e os efeitos desses legados se sentem, ainda, hoje.

É importante repetir, portanto, que o texto faz uma leitura extremamente consistente e fundamentada de duas obras especialmente relevantes para a literatura brasileira contemporânea sobre a ditadura militar. É também um livro fundamental porque, não tenho dúvidas, será uma referência importante para a crítica literária sobre a ditadura e sobre a literatura contemporânea, temas esses que ainda merecem (muito mais) atenção e espaço. Se, sem dúvida, como também observa a autora, vimos um aumento da quantidade de filmes, exposições e romances dedicados ao tema da ditadura, principalmente depois do relatório final da CNV, ou mesmo de investigações críticas acadêmicas sobre o tema, é também verdade que ainda não ultrapassamos essa barreira que é a possibilidade de, em termos públicos e amplos, enxergarmos o trauma ditatorial

como um trauma coletivo. Quem sabe, em um contexto um pouco diferente daquele de 2015, quando começou a pesquisa de doutorado de Scaramucci, me parece que o livro aponta, desde o início com a sua constatação de “literatura e crítica estão sempre em transformação”, com o qual começamos, ou ainda, depois, apostando nas possibilidades que abre o testemunho como uma categoria aberta, polissêmica, diversa e plural, para as possibilidades futuras desse tema e seus debates. A partir desse texto e das aberturas que ele promove, podemos perguntar: que caminhos literários, críticos e políticos abre esse importante livro à nossa frente? Por que outras transformações a literatura e a crítica passarão?